

ANEXO 6

Relatório Técnico da Diretoria de Controle Econômico e Financeiro.





RT.DCE - Relatório Técnico Econômico e Financeiro

Ref.: Processo ARTESP-PRC-2021/04514: estudo dos projetos de automação dos túneis do Contorno de Caraguatatuba – São Sebastião.

Trata-se de estudo de viabilidade técnica contemplando os meios de recomposição do contrato de concessão firmado com a Concessionária Tamolos – de acordo com a modalidade de Aporte de Recursos, prevista no Edital de Concorrência Internacional 01/2014, capítulo I, item 8.

Todas as análises e conclusões deste estudo são exclusivamente relacionadas ao aspecto econômico-financeiro, ressaltando a competência das demais diretorias da ARTESP para outros aspectos técnicos e os aspectos jurídicos do tema, de acordo com o Regimento Interno da Agência.

O Poder Concedente manifestou-se nos autos, por meio do despacho SLT-DES-2022/02173 (fls. 8.739/8.740), em que seleciona a modalidade de Aporte de Recursos para o reequilíbrio econômico-financeiro do projeto, referente à implantação do Sistema de Automação nas obras dos Contornos de Caraguatatuba – São Sebastião (serviços remanescentes), item 01.05.02.

O presente estudo, desse modo, com base na escolha do Poder Concedente e no princípio da economicidade, analisa as modalidades de reequilíbrio econômico-financeiro de Aporte de Recursos sem REIDI e Aporte de Recursos com REIDI, de modo que as modalidades de reequilíbrio contempladas na Portaria nº 35/2020 não são tratadas no presente relatório.

O presente Relatório Técnico substitui o documento ARTESP-DCI-2022/38456 (fls. 9.324/9.357), em razão da atualização do cronograma físico-financeiro vigente às folhas 9.557 e 9.561.

Da Taxa Interna de Retorno

Em conformidade com o art. 5º da Portaria 35/2020, apresenta-se o cálculo da média do título IPCA+ (NTNB Principal) com vencimento para 15/05/2045. Trata-se do vencimento posterior à data definida pelo Edital de Concorrência nº 01/2014 com contrato de concessão vigente até às 23:59:59 hora do dia 17/04/2045.

Descrição	Taxa
(A) Média IPCA+ vencimento 2045 (período de 24/01/2022 a 23/01/2023)	5,99%
(B) Sobretaxa	3,86%
(C) Total (A)+(B) – TIR do projeto	9,85%

O período utilizado para a composição da TIR do projeto, compreende a média dos 12 meses anteriores ao momento do cálculo, referente ao título IPCA+ com vencimento para 2045, acrescido da sobretaxa de 3,86% ao ano. A data de início do investimento, referente ao item 01.05.02, é o dia 18/02/2023.

Desta forma, adotou-se a data de emissão da ARTESP-MEM-2021/16157 (fl. 2) como marco temporal do início da exigibilidade do investimento, em consequência, termo final do período de um ano para o cálculo da TIR, receitado pela Portaria ARTESP nº 35/2020.

A memória de cálculo para a composição da taxa de juros do projeto consta no Anexo I: Taxa Interna de Retorno.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPDIC202302468



ARTESPCAP202313949A





Dos cálculos de desequilíbrio

Os cálculos de desequilíbrio econômico-financeiro, caso a presente Inclusão de investimentos venha se materializar, estão apresentados na modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos sem REIDI e Aporte de Recursos com REIDI, devido à escolha dessa modalidade pelo Poder Concedente no documento SLT-DES-2022/02173 (fls. 8.739/8.740):

*"Nos termos do art. 36, da Lei Estadual 17.293/2020, tomo ciência de todo processado, e aprovo a inclusão de tais obras como a mais vantajosa solução para o interesse público em discussão, bem como ratifico a modalidade de reequilíbrio apontada pela ARTESP como a mais vantajosa, qual seja, **VII - Aporte de recursos**" (fl. 8.739).*

Os orçamentos dos investimentos foram elaborados e apresentados pelas áreas técnicas competentes culminando com a emissão do Relatório Técnico ARTESP-DCI-2022/16247 RT.DIN.0011/22 (fls. 8.350/8.375) e cronograma físico-financeiro à folha 9.561. A distribuição mensal dos investimentos vigente é apresentada à folha 9.557, conforme apresentado pela Diretoria de Investimentos. Tais documentos foram utilizados como base para o presente estudo para os itens de investimentos e custos operacionais.

Conforme o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, capítulo I, item 8, a lei federal de Parceria Público Privada (PPP) e suas alterações, prevê para a Concessionária Tamoios, responsável pelo lote 27, a possibilidade de Aporte de Recursos por parte do Poder Concedente, no valor de R\$ 2.185.334.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais), data base de julho/2013, cuja percepção pela Concessionária se dará em conformidade com o Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos, Anexo XVII e de acordo com os Eventos para Liberação das Parcelas de Aporte de Recursos apresentados no Anexo XVIII do Edital do Contrato, bem como nos termos do regramento estabelecido na minuta do Contrato, em função da efetiva execução dos investimentos, envolvendo construção e aquisição de bens reversíveis, para a realização das obras civis para implantação da Ampliação Principal no trecho entre os quilômetros 60+480 Km ao 82+000 Km da Rodovia SP-099.

O cronograma físico-financeiro, item 01.05.02 no presente estudo, apresenta valores de investimento na data base de setembro de 2022. Desta forma, os valores apresentados foram retroagidos para a base contratual, julho de 2013. A retroação dos valores ocorreu em bases mensais. A base do contrato da Concessionária Rodovia dos Tamoios pressupõe a inflação do próprio mês e o período atualizado pressupõe somente um mês de defasagem, sendo feitas as adaptações necessárias ao contrato de concessão em pauta, portanto, o período de inflação considerou os índices entre julho de 2013 (mês base do contrato) e agosto de 2022 (M-1 em relação ao orçamento).

Os valores dos investimentos, para o cálculo de desequilíbrio econômico-financeiro na modalidade de Aporte de Recursos foram deflacionados pelo INCC-M da FGV, conforme a Cláusula 29.1 do Contrato de Concessão (Anexo XI: Deflacionamento).

De acordo com o Artigo 36º da Lei 17.293/2020 e tendo em vista a mudança de governo desde a aprovação da SLT pela modalidade de Aporte de Recursos, recomenda-se nova consulta ao órgão competente para que sejam identificados dos termos até aqui pactuados no âmbito deste processo de inclusão.

Seguros e garantias

O Art. 7º da Portaria 35/2020 indica a forma de consideração de seguros e garantias eventualmente necessários. Neste sentido, a equipe da Superintendência de Seguros desta DCE, com base no cronograma físico-financeiro vigente, apresentou a memória de



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPDIC202302468



ARTESPCAP202313949A





cálculo relacionada aos prêmios orçados (fls. 9.590/9.591) e o Relatório de Revisão Técnica ARTESP-REL-2023/00120 (fls. 9.592/9.596).

Do cálculo de desequilíbrio econômico-financeiro

Apresenta-se o DRE/DFC do desequilíbrio econômico-financeiro, considerando que o reequilíbrio do contrato por meio de Aporte de Recursos, de modo que o **Aporte de Recursos sem REIDI** pelo Poder Concedente ocorrem mensalmente à medida em que se comprova a evolução da obra, bem como deflacionados pelo índice INCC-M, apresenta-se também **DRE/DFC do desequilíbrio econômico-financeiro**, nos termos do Aporte de Recursos, que se aprovado da forma como se apresenta, equivale a **R\$ 255.131.996,88 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos) em VPL a valores de julho de 2013 e TIR de 9,851673% a reequilibrar a favor da contratada**. (Anexo II: DRE/DFC de desequilíbrio – Aporte de Recursos sem REIDI).

A memória de cálculo dos investimentos na modalidade de Aporte de Recursos sem REIDI, baseada no cronograma mensal vigente à folha 9.557, é apresenta nos anexos (Anexo III: Memória de cálculo dos investimentos – Aporte de Recursos sem REIDI).

Adicionalmente, o **DRE/DFC do desequilíbrio econômico-financeiro**, na modalidade **Aporte de Recursos com REIDI** que, se aprovado da forma como se apresenta, equivale a **R\$ 245.819.678,99 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos) em VPL a valores de julho de 2013 e TIR de 9,851673% a reequilibrar a favor da contratada** (Anexo IV: DRE/DFC de desequilíbrio – Aporte de Recursos com REIDI).

A memória de cálculo dos investimentos na modalidade de Aporte de Recursos com REIDI, baseada no cronograma mensal vigente à folha 9.557, é apresenta nos anexos (Anexo V: Memória de cálculo dos investimentos – Aporte de Recursos com REIDI).

Modalidade de Reequilíbrio por Aporte de Recursos

O Contrato da Concessionária Tamoios, no Edital de Concorrência, capítulo I, item 8, prevê a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro por meio de Aporte de Recursos por parte do Poder Concedente, a serem transferidos à Concessionária à medida em que é comprovada a evolução da obra.

Adicionalmente, a modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos foi empregada na Inclusão de Investimentos, que resultou no Termo Aditivo Modificativo 06/2021.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

8. APORTE DE RECURSOS

- 8.1. Nos termos da Lei Federal de PPP e suas alterações, a Concessão Patrocinada contempla Aporte de Recursos por parte do Poder Concedente, no valor de R\$ 2.185.334.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais), data base de julho/2013, cuja percepção pela Concessionária se dará em conformidade com o Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos, Anexo XVII e de acordo com os Eventos para Liberação das

Página 3 de 23



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
 Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202313949A



ARTESPCAP202313949A



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
 Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>



Parcelas de Aporte de Recursos apresentados no Anexo XVIII deste Edital, bem como nos termos do regramento estabelecido na minuta do Contrato, em função da efetiva execução dos investimentos, envolvendo construção e aquisição de bens reversíveis, para a realização das obras civis para implantação da Ampliação Principal no trecho entre os quilômetros 60+480 Km ao 82+000 Km da Rodovia SP 099.

8.2. Para a elaboração do Plano de Negócios e da Proposta de Preço, as Licitantes deverão considerar o Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos, Anexo XVII, e os Eventos para liberação das parcelas de Aporte de Recursos, Anexo XVIII.

8.2.1. Os pagamentos serão realizados até o 30º (trigésimo) dia contado do recebimento do documento de cobrança de cada parcela, acompanhado do Documento de Conclusão de Evento e respectivo relatório de fiscalização, emitidos pela ARTESP, conforme o regramento estabelecido no Contrato e nos Anexos XVII e XVIII.

A Diretoria de Investimentos (DIN) apresentou além do cronograma à folha 9.561, o cronograma físico-financeiro contemplando a distribuição mensal dos investimentos à folha 9.557, necessário para a elaboração dos cálculos de desequilíbrio e reequilíbrio na modalidade de Aporte de Recursos. Nessa modalidade, os valores dos investimentos, seguros e garantias relacionados à obra são contabilizados como ativos financeiros. Os valores de PIS/COFINS são contabilizados de forma diferida, a partir da data de conclusão da obra.

Desse modo, os valores de Seguros de Risco de Engenharia, Seguros de Responsabilidade Civil, Custos de Garantias são calculados como ativos financeiros, na modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos. Ressalta-se que os investimentos, nesse modelo, são deflacionados a valores na base contratual julho de 2013, conforme o índice INCC-M da FGV.

Adicionalmente, os Aportes de Recursos em favor da interessada são efetuadas à medida em que há a evolução da obra é confirmada. A obra, nesse caso, não é contabilizada como ativo intangível e não se aplica a amortização do investimento. Neste modelo, após a entrega de parte dos investimentos pela concessionária, há verificação da entrega dos marcos construtivos e, em seguida, aporte dos recursos daquela fração dos investimentos pelo Estado.

Assim, consideramos que já há indicativos quanto ao período dos ressarcimentos pelo Poder Concedente, adotando-se uma sincronidade entre os desembolsos do agente e seu pagamento pelo Poder Concedente.

A periodicidade considerada no projeto é mensal, com defasagem de dois meses entre a execução da fase/marco do projeto, sua mensuração e ateste e o pagamento do Aporte de Recursos. Tal defasagem temporal é relevante devido ao custo financeiro do capital para a contratada, mensurado de acordo com a TIR do projeto, em bases anuais, considerando somente o quinhão do descasamento que perpassa cada ano contratual.

Na modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos do Poder Concedente, seja com ou sem os critérios da REIDI, há legislação específica que permite a o diferimento do PIS, COFINS e CSLL relativos à tal aporte, com sua realização na proporção em que o custo para a realização de obras e aquisição de bens for realizado (Lei Federal 12.766/2012).



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202313949A



ARTESPCAP202313949A





Ressalta-se novamente a competência dos administradores da empresa para a interpretação quanto ao regramento contábil e fiscal ao qual estão inseridos de acordo com sua experiência e conhecimentos técnicos e da gestão do negócio.

Especificamente em relação a CSLL, informa a contratada, e verifica-se no projeto, que não se considera existência de lucro econômico, sendo o reequilíbrio ora apresentado igual ao desequilíbrio, que, por sua vez, considera a totalidade dos custos previstos para o projeto. Desta forma, não se vislumbra também a existência de CSLL referente a lucro vinculado ao presente projeto e, portanto, não há planejamento da contratada de diferimento desta contribuição.

Já em relação ao PIS e a COFINS, informa a contratada que os pagamentos dos tributos diferidos terão seu cálculo considerando a metodologia linear. Outrossim, o pagamento dos tributos referidos em relação ao aporte inicia-se após a data prevista para finalização dos investimentos, ou seja, o momento em que os benefícios econômicos passam a ser gerados e são devidos em conformidade com sua realização.

A legislação citada também não traz referência à possível correção monetária do tributo diferido. Desta forma, considerando as especificidades descritas legislação relacionadas às concessões patrocinadas e a perda do valor do ativo no tempo receitados no Art. 8 da PORTARIA, considera este benefício tributário relacionado ao diferimento dos pagamentos dos tributos sobre a receita elencados.

Investimentos - Contabilização

Conforme informação da contratada em relação a seus estudos atuais, os custos do projeto serão contabilizados como ativos financeiros. Considerando os benefícios relacionados ao diferimento tributário relacionado ao aporte, espera-se que o valor líquido do aporte de recursos seja menor que o valor do investimento planejado a cada mês/fase do projeto.

Desta forma, o valor residual entre o valor do dispêndio do projeto e o valor líquido do aporte consistirá em ativo intangível a ser amortizado em conformidade com o regramento vigente. Portanto, os impactos contábeis ou fiscais gerados pela incorporação destes novos ativos ao contrato consideram a sua amortização iniciando ao fim da execução de tais investimentos e finalizando-se ao fim do contrato de concessão. Assim, em relação aos ativos intangíveis, aplica-se o regramento contido no Art. 8º da Portaria 35/2020.

Benefício tributário – PIS/COFINS e REIDI

Os orçamentos realizados pelas áreas técnicas consideram os valores de dispêndios que, em condições normais, são estimados para custeio das obras e serviços relacionados ao projeto em estudo, inclusive relacionados aos tributos e tarifas usualmente aplicáveis.

Contudo, verificou-se nas reuniões de alinhamento prévio realizadas com o Poder Concedente que para compras e contratação de serviços pela concessionária relacionadas ao projeto em questão deveria ser considerado o benefício fiscal do REIDI conforme Lei Federal 11.488/2007.

O REIDI é um incentivo fiscal que consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo de pessoa jurídica habilitada.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202313949A



ARTESPCAP202313949A





Assim, a habilitação ao REIDI se reverte em redução do tributo a ser pago pela contratada e, portanto, em redução do valor de ressarcimento a ser efetuado pelo Poder Concedente no reequilíbrio.

Uma das condições para habilitação ao benefício tributário é que o impacto positivo da aplicação do regime seja considerado no projeto a ser executado pelo parceiro privado. Desta forma, os custos do projeto indicados neste estudo foram estimados levando-se em consideração a suspensão prevista no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 2007, inclusive para cálculo de preços, tarifas, taxas ou receitas permitidas, quando cabível.

Reequilíbrio por Aporte de Recursos sem REIDI

A modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos sem REIDI produziria reequilíbrio econômico-financeiro estimado em **R\$ 258.144.340,71 (duzentos e cinquenta e oito milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e setenta e um centavos) em VPL a valores de julho de 2013** e TIR de 9,851673% a reequilibrar a favor da Contratada (Anexo VII: Reequilíbrio por Aporte de Recursos sem REIDI).

Em caso da não na consecução do REIDI, o desequilíbrio econômico-financeiro equivaleria a **R\$ 255.131.996,88 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos) em VPL a valores de julho de 2013** e TIR do projeto de 9,851673% a reequilibrar a favor da contratada. Tal valor, atualizado para o 8º ano contratual a valores de julho de 2022, correspondem a **R\$ 939.670.745,90 (novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos)** (Anexo II: DRE/DFC de desequilíbrio – Aporte de Recursos sem REIDI).

Os valores de desembolsos mensais na modalidade Aporte de Recursos sem REIDI constam no Anexo IX: Resumo dos Aportes de Recursos sem REIDI.

Reequilíbrio por Aporte de Recursos com REIDI

A modalidade de reequilíbrio por Aporte de Recursos com REIDI produziria reequilíbrio econômico-financeiro estimado em **R\$ 248.722.072,27 (duzentos e quarenta e oito milhões, setecentos e vinte e dois mil, setenta e dois reais e vinte e sete centavos) em VPL a valores de julho de 2013** e TIR de 9,851673% a reequilibrar a favor da Contratada (Anexo VIII: Reequilíbrio por Aporte de Recursos com REIDI).

Em caso da consecução do REIDI, o desequilíbrio equivaleria a **R\$ 245.819.678,99 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos) em VPL a valores de julho de 2013** e TIR do projeto de 9,851673% a reequilibrar a favor da contratada. Tal valor, atualizado para o 8º ano contratual a preços de julho de 2022, correspondem a **R\$ 905.372.763,67 (novecentos e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos)** (Anexo IV: DRE/DFC de desequilíbrio – Aporte de Recursos com REIDI).

Os valores de desembolsos mensais na modalidade Aporte de Recursos com REIDI constam no Anexo X: Resumo dos Aportes de Recursos com REIDI.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCDCI202302468



ARTESPCAP202313949A





Riscos relacionados ao REIDI

A concessão do benefício fiscal do REIDI depende de pedido da contratada e análise da União, com diversas condicionantes e requisitos. Desta forma, há riscos relacionados à própria concessão do benefício e riscos relacionados à sua concessão após o início das obras, implicando em cobrança parcial ou integral dos valores de PIS/COFINS sobre as compras e contratações do projeto.

Sabe-se que se não houvesse a possibilidade pelo instituto do REIDI os impactos da tributação do PIS/COFINS seriam causadores de desequilíbrio e seriam arcados pelo Poder Concedente no reequilíbrio. Desta forma, entendemos que, do ponto de vista econômico-financeiro, não havendo culpa da contratada, o atraso ou insucesso na consecução do benefício fiscal podem ser risco alocado ao Poder concedente.

Portanto, a fim de informar os agentes decisores envolvidos, considerando os demais fatores constantes, a análise comparativa considera o impacto nos valores dos investimentos, TCCA, despesas, seguros e garantias para a possibilidade do REIDI não ser implementado.

Classificação das modalidades de reequilíbrio

A análise da conveniência da aplicação de cada uma das modalidades tem caráter comparativo, competindo ao Poder Concedente, municiado das informações técnicas disponíveis, decidir a melhor opção considerando o interesse público. Neste sentido, o artigo 3º da Resolução ST nº 2/2005 indica que os cálculos devem ser apresentados de forma a classificar as alternativas de reequilíbrio segundo critérios de vantajosidade e tendo em vista os respectivos impactos no programa de concessões.

Desta forma, segue a classificação das alternativas de reequilíbrio aplicáveis de acordo com o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2014:

A modalidade de Aporte de Recursos por parte do Poder Concedente, por sua vez, em razão do diferimento dos impostos de PIS/COFINS, apresenta reequilíbrio inferior se comparada à modalidade utilizando verbas do Tesouro. A modalidade de Aporte de Recursos com REIDI possibilita, adicionalmente, redução no montante de investimentos a serem realizados em razão da isenção de PIS/COFINS na aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo de pessoa jurídica habilitada.

Há inúmeras possibilidades de conjunção das diversas modalidades, considerando o peso do reequilíbrio em cada uma e suas condições. Assim sendo, havendo interesse manifesto do Poder Concedente em novas simulações, solicitamos que os autos retornem à DCE para providências de acordo com o Art. 38 da Portaria 35/2020.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
 Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCIP202302468



ARTESPCAP202313949A





Disposições Finais e Conclusões

Outras alterações nos valores de investimento do contrato

Inicialmente, o contrato de concessão da Concessionária Tamoios, referente ao Edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, contava com a previsão de investimentos, a valores de julho de 2013, de R\$ 2.959.259.120,00.

Posteriormente, ocorreram as seguintes alterações:

	Valor dos investimentos (R\$ mil - julho/2013)	Acréscimo acumulado (R\$ mil - julho/2013)	%Δ
Edital	2.959.259,12	-	0%
Inclusão TAM 06/21	1.045.451,94	1.045.451,94	35,3%
Valor em estudo nestes autos	606.935,39	1.652.387,33	55,8%

Isto posto, na forma como se apresenta o contrato de concessão que contém termo aditivo, ao considerar o presente estudo, majoraram o valor total de investimentos em 55,8%.

Os valores em discussão nestes autos correspondem a R\$ 606.935,39 (seiscentos e seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil e trinta e nove centavos) de investimentos em valores na base contratual de julho de 2013, deflacionados pelo índice INCC-M. Assim, sendo, caso tal inclusão venha a ser efetivamente pactuada, representará incremento de 20,5% no nível de investimentos do contrato da Concessionária Tamoios.

Nesse contexto, registra-se a manifestação da Consultoria Jurídica no Parecer CJ/ARTESP nº 503/2021 que trata da alteração contratual para a inclusão das obras dos contornos de Caraguatatuba e São Sebastião, tal como a transferência da obrigação de finalização de obras do Poder Concedente para o Parceiro Privado.

Solicitamos que, oportunamente, as áreas jurídicas apresentem análise referente a influência do presente contrato em relação aos valores de investimentos à luz do parágrafo 1º do art. 65 da lei nº 8.666/1993, da lei 8.987/1995, da lei 11.079/2004 e demais leis correlatas.

Conclusões e recomendações

Este estudo teve objeto limitado aos aspectos econômico-financeiros da avença relacionados ao contrato de concessão. A análise, portanto, tem como objeto principal a estimativa dos impactos econômico-financeiros no equilíbrio contratual da concessionária.

O escopo do estudo abrangeu os cálculos de desequilíbrio e reequilíbrio econômico-financeiro na modalidade de Aporte de Recursos, tomando em consideração a indicação do Poder Concedente (fls. 8.739/8.740). Nesse sentido, observa-se que o presente pleito foi objeto de análise desta DCE, que apresentou o valor do reequilíbrio na modalidade de Aporte de Recursos inferior às modalidades previstas na Portaria 35/2020 (fl. 9.332).

Adicionalmente, o estudo se pauta na premissa de que, havendo a execução dos investimentos propostos, estes ocorrerão através de sua inclusão no contrato de concessão firmado com a Concessionária Tamoios em detrimento de eventual seleção pelo Poder Concedente de outra forma de execução direta ou indireta do objeto em estudo. O estudo, por sua vez, necessita ser confirmado ou não pelo Poder Concedente.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPC/202302468



ARTESPCAP202313949A





Neste sentido, consideramos também conveniente a eventual complementação deste estudo com outros aspectos institucionais, técnicos e jurídicos arguidos pelas demais diretorias envolvidas.

O Termo Aditivo Modificativo TAM 06/2021 estabeleceu a transferência para o parceiro privado a execução das obras remanescentes dos Contornos e do Trecho Adicional de Caraguatatuba e São Sebastião, tal como a elaboração de projetos de engenharia, funcionais, básicos ou executivos, na qual referenciamos a Cláusula 1.1, a Cláusula 1.3 e Cláusula 10.2 do TAM 06/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA OBRIGAÇÃO TRANSFERIDA AO PARCEIRO PRIVADO

1.1. Fica transferida ao **PARCEIRO PRIVADO** a obrigação contratual originalmente atribuída ao **PODER CONCEDENTE** de execução das obras remanescentes dos **CONTORNOS** e do **TRECHO ADICIONAL ("OBRAS")**, conforme descrição constante do **ANEXO 1**, e conforme os prazos previstos no **ANEXO 2**, os quais deverão ser integralmente observados pelas **PARTES**.

1.3. Incluem-se na obrigação prevista na Cláusula 1.1, sob responsabilidade do **PARCEIRO PRIVADO**, as seguintes responsabilidades:

I. A elaboração de quaisquer projetos de engenharia, funcionais, básicos ou executivos, necessários à execução das **OBRAS** transferidas ao encargo do **PARCEIRO PRIVADO**, bem como, a seu critério e sem qualquer direito a indenização ou a reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, a revisão, retificação, adaptação, reformulação, ou correção de vícios de qualquer natureza, dos projetos disponibilizados pela **ARTESP**, constantes do **ANEXO 9**;

10.2. As **PARTES** reconhecem que são necessárias medidas para elaboração de projetos atualizados, orçamentação e tomada das providências para a implantação da automação (sistemas eletromecânicos) dos Túneis localizados nas **OBRAS**.

10.2.1. A automação dos Túneis não integra o escopo deste **TAM** e as medidas previstas na Cláusula 10.2 não estão incluídas dentre as obrigações transferidas ao **PARCEIRO PRIVADO**.

10.2.2. Caso o **PARCEIRO PRIVADO** venha a assumir a obrigação de adotar as medidas previstas na Cláusula 10.2, bem como outras que se fizerem necessárias à efetiva implantação do sistema de automação dos Túneis, através de aditivo contratual, terá direito ao reequilíbrio contratual pertinente.

10.2.3. As **PARTES** reconhecem que a inexistência de projetos atualizados e orçamentação não acarreta quaisquer prejuízos ao regular andamento das **OBRAS** previstas na Cláusula 1.1.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCDCI202302468



ARTESPCAP202313949A





Pontua-se que o TAM 06/21 abarcou como objeto as obras do Contorno de Caraguatatuba – São Sebastião, item de investimento 01.05. O presente estudo apresentado, por sua vez, refere-se aos serviços remanescentes, conforme descritos, referentes à implantação do Sistema de Automação dos túneis do Contorno de Caraguatatuba – São Sebastião, item 01.05.02.

Quanto à análise apresentada da repercussão, impactos e classificação dos valores das modalidades de reequilíbrio, nota-se que além da análise quantitativa, é relevante a situação do contrato e a origem dos dispêndios financeiros do reequilíbrio.

Assim, entendendo que a alocação de recursos públicos e a definição das políticas públicas relacionadas às Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo são temas passíveis de análise técnica, mas que a decisão é aderente à discricionariedade administrativa, e em atendimento à Resolução ST nº 2/2005, apresentamos o presente estudo para subsídio às instâncias decisórias competentes.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202302468



ARTESPCAP202313949A



Anexos

Anexo I: Taxa Interna de Retorno

Dia	Taxa Compra Manhã	Taxa Venda Manhã				
				31/03/2022	5,44%	5,56%
				01/04/2022	5,46%	5,58%
				04/04/2022	5,37%	5,49%
				05/04/2022	5,37%	5,49%
				06/04/2022	5,46%	5,58%
				07/04/2022	5,40%	5,52%
				08/04/2022	5,42%	5,54%
				11/04/2022	5,51%	5,63%
				12/04/2022	5,58%	5,70%
				13/04/2022	5,58%	5,70%
				14/04/2022	5,64%	5,76%
				18/04/2022	5,67%	5,79%
				19/04/2022	5,58%	5,70%
				20/04/2022	5,60%	5,72%
				22/04/2022	5,66%	5,78%
				25/04/2022	5,63%	5,75%
				26/04/2022	5,61%	5,73%
				27/04/2022	5,61%	5,73%
				28/04/2022	5,64%	5,76%
				29/04/2022	5,62%	5,74%
				02/05/2022	5,63%	5,75%
				03/05/2022	5,66%	5,78%
				04/05/2022	5,74%	5,86%
				05/05/2022	5,63%	5,75%
				06/05/2022	5,72%	5,84%
				09/05/2022	5,78%	5,90%
				10/05/2022	5,73%	5,85%
				11/05/2022	5,84%	5,96%
				12/05/2022	5,84%	5,96%
				13/05/2022	5,76%	5,88%
				16/05/2022	5,72%	5,84%
				17/05/2022	5,59%	5,71%
				18/05/2022	5,63%	5,75%
				19/05/2022	5,62%	5,74%
				20/05/2022	5,64%	5,76%
				23/05/2022	5,61%	5,73%
				24/05/2022	5,73%	5,85%
				25/05/2022	5,80%	5,92%
				26/05/2022	5,74%	5,86%
				27/05/2022	5,69%	5,81%
				30/05/2022	5,69%	5,81%
				31/05/2022	5,74%	5,86%
				01/06/2022	5,72%	5,84%
				02/06/2022	5,75%	5,87%
				03/06/2022	5,75%	5,87%
				06/06/2022	5,73%	5,85%
				07/06/2022	5,79%	5,91%
				08/06/2022	5,81%	5,93%
				09/06/2022	5,69%	5,81%
24/01/2022	5,62%	5,74%				
25/01/2022	5,59%	5,71%				
26/01/2022	5,59%	5,71%				
27/01/2022	5,68%	5,80%				
28/01/2022	5,61%	5,73%				
31/01/2022	5,65%	5,77%				
01/02/2022	5,56%	5,68%				
02/02/2022	5,57%	5,69%				
03/02/2022	5,53%	5,65%				
04/02/2022	5,56%	5,68%				
07/02/2022	5,56%	5,68%				
08/02/2022	5,54%	5,66%				
09/02/2022	5,52%	5,64%				
10/02/2022	5,63%	5,75%				
11/02/2022	5,63%	5,75%				
14/02/2022	5,66%	5,78%				
15/02/2022	5,63%	5,75%				
16/02/2022	5,53%	5,65%				
17/02/2022	5,58%	5,70%				
18/02/2022	5,65%	5,77%				
21/02/2022	5,72%	5,84%				
22/02/2022	5,67%	5,79%				
23/02/2022	5,73%	5,85%				
24/02/2022	5,81%	5,93%				
25/02/2022	5,68%	5,80%				
02/03/2022	5,68%	5,80%				
03/03/2022	5,77%	5,89%				
04/03/2022	5,77%	5,89%				
07/03/2022	5,88%	6,00%				
08/03/2022	5,87%	5,99%				
09/03/2022	5,79%	5,91%				
10/03/2022	5,86%	5,98%				
11/03/2022	5,78%	5,90%				
14/03/2022	5,90%	6,02%				
15/03/2022	5,83%	5,95%				
16/03/2022	5,85%	5,97%				
17/03/2022	5,86%	5,98%				
18/03/2022	5,82%	5,94%				
21/03/2022	5,78%	5,90%				
22/03/2022	5,75%	5,87%				
23/03/2022	5,64%	5,76%				
24/03/2022	5,63%	5,75%				
25/03/2022	5,44%	5,56%				
28/03/2022	5,37%	5,49%				
29/03/2022	5,39%	5,51%				
30/03/2022	5,47%	5,59%				



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202313949A



ARTESPCAP202313949A



10/06/2022	5,67%	5,79%	22/08/2022	5,85%	5,97%
13/06/2022	5,77%	5,89%	23/08/2022	5,86%	5,98%
14/06/2022	5,70%	5,82%	24/08/2022	5,80%	5,92%
15/06/2022	5,74%	5,86%	25/08/2022	5,82%	5,94%
17/06/2022	5,71%	5,83%	26/08/2022	5,80%	5,92%
20/06/2022	5,63%	5,75%	29/08/2022	5,87%	5,99%
21/06/2022	5,67%	5,79%	30/08/2022	5,92%	6,04%
22/06/2022	5,72%	5,84%	31/08/2022	5,92%	6,04%
23/06/2022	5,75%	5,87%	01/09/2022	5,93%	6,05%
24/06/2022	5,75%	5,87%	02/09/2022	5,79%	5,91%
27/06/2022	5,78%	5,90%	05/09/2022	5,79%	5,91%
28/06/2022	5,90%	6,02%	06/09/2022	5,80%	5,92%
29/06/2022	5,91%	6,03%	08/09/2022	5,75%	5,87%
30/06/2022	5,89%	6,01%	09/09/2022	5,73%	5,85%
01/07/2022	5,86%	5,98%	12/09/2022	5,76%	5,88%
04/07/2022	5,94%	6,06%	13/09/2022	5,85%	5,97%
05/07/2022	5,98%	6,10%	14/09/2022	5,92%	6,04%
06/07/2022	6,01%	6,13%	15/09/2022	5,93%	6,05%
07/07/2022	6,03%	6,15%	16/09/2022	5,88%	6,00%
08/07/2022	6,07%	6,19%	19/09/2022	5,91%	6,03%
11/07/2022	6,27%	6,39%	20/09/2022	5,82%	5,94%
12/07/2022	6,24%	6,36%	21/09/2022	5,75%	5,87%
13/07/2022	6,18%	6,30%	22/09/2022	5,71%	5,83%
14/07/2022	6,22%	6,34%	23/09/2022	5,75%	5,87%
15/07/2022	6,07%	6,19%	26/09/2022	5,82%	5,94%
18/07/2022	6,07%	6,19%	27/09/2022	5,64%	5,76%
19/07/2022	6,22%	6,34%	28/09/2022	5,81%	5,93%
20/07/2022	6,26%	6,38%	29/09/2022	5,80%	5,92%
21/07/2022	6,21%	6,33%	30/09/2022	5,73%	5,85%
22/07/2022	6,17%	6,29%	03/10/2022	5,52%	5,64%
25/07/2022	6,15%	6,27%	04/10/2022	5,62%	5,74%
26/07/2022	6,19%	6,31%	05/10/2022	5,69%	5,81%
27/07/2022	6,29%	6,41%	06/10/2022	5,66%	5,78%
28/07/2022	6,24%	6,36%	07/10/2022	5,74%	5,86%
29/07/2022	6,22%	6,34%	10/10/2022	5,76%	5,88%
01/08/2022	6,21%	6,33%	11/10/2022	5,81%	5,93%
02/08/2022	6,19%	6,31%	13/10/2022	5,75%	5,87%
03/08/2022	6,22%	6,34%	14/10/2022	5,78%	5,90%
04/08/2022	6,14%	6,26%	17/10/2022	5,74%	5,86%
05/08/2022	5,95%	6,07%	18/10/2022	5,76%	5,88%
08/08/2022	5,93%	6,05%	19/10/2022	5,78%	5,90%
09/08/2022	5,85%	5,97%	20/10/2022	5,75%	5,87%
10/08/2022	5,89%	6,01%	21/10/2022	5,78%	5,90%
11/08/2022	5,83%	5,95%	24/10/2022	5,82%	5,94%
12/08/2022	5,89%	6,01%	25/10/2022	5,79%	5,91%
15/08/2022	5,82%	5,94%	26/10/2022	5,79%	5,91%
16/08/2022	5,70%	5,82%	27/10/2022	5,81%	5,93%
17/08/2022	5,86%	5,98%	28/10/2022	5,90%	6,02%
18/08/2022	5,77%	5,89%	31/10/2022	5,91%	6,03%
19/08/2022	5,85%	5,97%	01/11/2022	5,80%	5,92%



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCDCI202302468



ARTESPCAP202313949A



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>



03/11/2022	5,82%	5,94%	13/01/2023	6,23%	6,35%
04/11/2022	5,82%	5,94%	16/01/2023	6,23%	6,35%
07/11/2022	5,91%	6,03%	17/01/2023	6,30%	6,42%
08/11/2022	5,99%	6,11%	18/01/2023	6,24%	6,36%
09/11/2022	5,96%	6,08%	19/01/2023	6,48%	6,60%
10/11/2022	6,27%	6,39%	20/01/2023	6,31%	6,43%
11/11/2022	6,30%	6,42%	23/01/2023	6,48%	6,60%
14/11/2022	5,97%	6,09%			
16/11/2022	6,13%	6,25%	Média	5,991673%	
17/11/2022	6,25%	6,37%	Sobretaxa	3,860000%	
18/11/2022	5,97%	6,09%	Taxa	9,851673%	
21/11/2022	6,08%	6,20%			
22/11/2022	6,15%	6,27%			
23/11/2022	6,27%	6,39%			
24/11/2022	6,15%	6,27%			
25/11/2022	6,22%	6,34%			
28/11/2022	6,16%	6,28%			
29/11/2022	6,14%	6,26%			
30/11/2022	6,04%	6,16%			
01/12/2022	6,06%	6,18%			
02/12/2022	5,93%	6,05%			
05/12/2022	6,04%	6,16%			
06/12/2022	6,11%	6,23%			
07/12/2022	6,20%	6,32%			
08/12/2022	6,29%	6,41%			
09/12/2022	6,19%	6,31%			
12/12/2022	6,28%	6,40%			
13/12/2022	6,32%	6,44%			
14/12/2022	6,42%	6,54%			
15/12/2022	6,29%	6,41%			
16/12/2022	6,41%	6,53%			
19/12/2022	6,43%	6,55%			
20/12/2022	6,44%	6,56%			
21/12/2022	6,37%	6,49%			
22/12/2022	6,47%	6,59%			
23/12/2022	6,33%	6,45%			
26/12/2022	6,35%	6,47%			
27/12/2022	6,33%	6,45%			
28/12/2022	6,21%	6,33%			
29/12/2022	6,16%	6,28%			
02/01/2023	6,28%	6,40%			
03/01/2023	6,31%	6,43%			
04/01/2023	6,40%	6,52%			
05/01/2023	6,31%	6,43%			
06/01/2023	6,34%	6,46%			
09/01/2023	6,39%	6,51%			
10/01/2023	6,33%	6,45%			
11/01/2023	6,30%	6,42%			
12/01/2023	6,13%	6,25%			



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202313949A



ARTESPCAP202313949A



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>

Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>

Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>

Anexo VI: Painele de Informações: Premissas e Resultados

Painel de Informações					
Lote:	L27 - Tambores				
Título:	ARTESP-PRC-2021/04514 - Projetos de automação dos túneis do Contorno de Caragatatuba				
Informações Básicas					
Data	Mês (SIG)	Mês Contratual	Inflação Futura		
Início Contrato:	18/04/2015	abr/2015	01/01		
Fim Contrato Original	18/04/2045	mar/2045	12/30		
Fim Prorrogado	18/04/45 00:00	abr/2045	12/30	Sistema Expec.:	20/jan/23
Fase da Concessão	2ª				
Índice Contrato:	IPCA				
Base Preços Contrato	jul/13				
Data-base do cálculo	23/01/2023				
Ano Contratual Atual	jan/23	ano 08	10/08		
Base Preços Atual	jul/22				
Contas Processadas:	1/jan/22	ano 07	10/07		
Valor Ativos Int. em 1/1/22 (preços correntes):		441.892,0			
Valor Ativos Int. em 1/1/22 (base contratual):		284.667,5			
Ativos. Int. a amortizar em ago/23 (vlr. base contr.):		271.567,99			
			Mês/Ano	IPCA	
			jan/23	0,50%	
			fev/23	0,70%	
			mar/23	0,57%	
			abr/23	0,53%	
			mai/23	0,37%	
			jun/23	0,35%	
			jul/23	0,30%	
			ago/23	0,24%	
			set/23	0,32%	
			out/23	0,42%	
			nov/23	0,35%	
			dez/23	0,56%	
			2023	5,48%	
			2024	3,84%	
			2025	3,50%	
			Demais	3,00%	



ARTESPC/202302468



ARTESPCAP202313949A



Anexo IX: Resumo dos Aportes de Recursos sem REIDI

Valores de Aporte de recursos sem REIDI				
Data			Valores em Reais	
Mês do Aporte	Mês fiscal	Mês contratual	jul-13	jul-22
1	fev/23	11/08	24.968.204,53	46.172.397,55
2	mar/23	12/08	12.609.570,63	23.318.220,88
3	abr/23	01/09	16.248.153,20	30.046.861,72
4	mai/23	02/09	28.857.723,83	53.365.082,59
5	jun/23	03/09	28.606.787,10	52.901.038,40
6	jul/23	04/09	30.488.812,57	56.381.369,87
7	ago/23	05/09	30.990.686,03	57.309.458,27
8	set/23	06/09	31.241.622,76	57.773.502,46
9	out/23	07/09	30.739.749,30	56.845.414,07
10	nov/23	08/09	31.053.420,21	57.425.469,32
11	dez/23	10/09	20.702.280,14	38.283.646,21
12	jan/24	11/09	50.940.155,98	94.200.971,88
13	fev/24	11/09	36.699.496,62	67.866.463,74
14	mar/24	12/09	40.338.079,18	74.595.104,58
15	abr/24	01/10	42.721.978,11	79.003.524,45
16	mai/24	02/10	42.910.180,66	79.351.557,60
17	jun/24	03/10	38.267.851,17	70.766.739,97
18	jul/24	04/10	26.473.824,91	48.956.662,72
19	ago/24	05/10	25.156.407,08	46.520.430,69
20	set/24	06/10	24.529.065,26	45.360.320,21
21	out/24	07/10	12.797.773,18	23.666.254,02
Total			627.341.822,45	1.160.110.491,20

Ano	Valores anuais em Reais	
	jul-13	jul-22
2023	286.507.010,31	529.822.461,33
2024	340.834.812,14	630.288.029,87
Total	627.341.822,45	1.160.110.491,20

* Valores referentes aos desembolsos do Poder Concedente à Contratada à julho de 2022.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCDCI202302468



ARTESPCAP202313949A



Anexo X: Resumo dos Aportes de Recursos com REIDI

Valores de Aporte de recursos com REIDI				
Data			Valores em Reais	
Mês do Aporte	Mês fiscal	Mês contratual	jul-13	jul-22
1	fev/23	11/08	24.056.865,07	44.487.105,04
2	mar/23	12/08	12.149.321,30	22.467.105,81
3	abr/23	01/09	15.655.095,61	28.950.151,27
4	mai/23	02/09	27.804.416,91	51.417.257,08
5	jun/23	03/09	27.562.639,38	50.970.150,50
6	jul/23	04/09	29.375.970,91	54.323.449,87
7	ago/23	05/09	29.859.525,99	55.217.663,04
8	set/23	06/09	30.101.303,53	55.664.769,62
9	out/23	07/09	29.617.748,45	54.770.556,45
10	nov/23	08/09	29.919.970,38	55.329.439,69
11	dez/23	10/09	19.946.646,91	36.886.293,12
12	jan/24	11/09	49.080.840,29	90.762.636,41
13	fev/24	11/09	35.359.964,99	65.389.337,81
14	mar/24	12/09	38.865.739,29	71.872.383,27
15	abr/24	01/10	41.162.625,91	76.119.895,81
16	mai/24	02/10	41.343.959,06	76.455.225,75
17	jun/24	03/10	36.871.074,60	68.183.753,96
18	jul/24	04/10	25.507.530,30	47.169.744,54
19	ago/24	05/10	24.238.198,22	44.822.434,97
20	set/24	06/10	23.633.754,38	43.704.668,52
21	out/24	07/10	12.330.654,46	22.802.435,75
Total			604.443.845,93	1.117.766.458,27 *

Ano		Valores anuais em Reais	
		jul-13	jul-22
2023		276.049.504,44	510.483.941,49
2024		328.394.341,50	607.282.516,78
Total		604.443.845,93	1.117.766.458,27 *

*Valores referentes aos desembolsos do Poder Concedente à Contratada à julho de 2022.



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



ARTESPCAP202302468



ARTESPCAP202313949A



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>



Anexo XI: Deflacionamento

Retroação de Valores para base contratual

Contratada: **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.**
Índice: INCC-M (FGV)
Metodologia: Periodicidade Mensal (Parecer CJ/ARTESP 365/16)

Mês Referência	Índice - Base Contratual	Valor em R\$
jul/13	1,00000000000000	604.443.845,93
jul/22	1,84924780985208	1.117.766.458,27

Retroação de Valores para base contratual

Contratada: **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.**
Índice: INCC-M (FGV)
Metodologia: Periodicidade Mensal (Parecer CJ/ARTESP 365/16)

Mês Referência	Índice - Base Contratual	Valor em R\$
jul/13	1,00000000000000	606.935.391,34
set/22	1,87682931207813	1.139.114.133,01



Assinado com senha por LEVI BARBOSA DA SILVA - Superintendente de Área / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:32:09, ROGER YAMASHITA - Especialista em Regulação de Transporte I / DCE-DESEQUILBRIO - 26/01/2023 às 17:33:41 e JORGE FARAH ELIAS - Diretor / DCE - 26/01/2023 às 18:05:40.
Documento Nº: 63478415-7853 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=63478415-7853>



Autenticado com senha por ANA PAULA DO NASCIMENTO - Auxiliar Administrativo / DGR-CGD/RD - 13/02/2023 às 16:03:51.
Documento Nº: 64934350-4969 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=64934350-4969>